

Artigo recebido em 28/09/2007 e aceito em 05/11/2007.

Trabalho classificado em 4º lugar no Prêmio Contador Geraldo de La Rocque – 2007

Pesquisa sobre Balanço Social nos Mais Influentes Periódicos Acadêmicos Internacionais de Contabilidade

Fernanda Amorim Ribeiro de Castro

Rio de Janeiro – RJ

Mestranda em Ciências Contábeis – FACC/UFRJ¹

fernanda_amorim@hotmail.com

Jose Ricardo Maia de Siqueira

Rio de Janeiro – RJ

Professor do Mestrado em Ciências Contábeis – FACC/UFRJ¹

Doutor em Engenharia de Produção – COPPE/UFRJ²

jrms@facc.ufrj.br

Resumo

O balanço social é potencialmente uma ferramenta para avaliação da responsabilidade social corporativa, mas para que isto seja realmente verdadeiro faz-se necessário que seja um instrumento não enviesado, permitindo aos usuários destas demonstrações uma visão abrangente dos reflexos da atividade da empresa na sociedade, com destaque especial para os impactos ambientais, dada a relevância desta demanda social. A importância de tal consideração, aliada à gravidade das atuais discrepâncias sociais e à posição de destaque que as empresas ocupam no estrato social, tem feito surgir nos últimos anos uma produção acadêmica no Brasil de volume significativo sobre os relatórios sociais corporativos. É importante questionar-se se tal movimento tem ocorrido também no exterior. Este artigo tem como objetivo principal analisar a relevância do tema nos principais periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade. Para que tal meta seja alcançada, este artigo se baseou no trabalho de Bonner, Hesford, Stede e Young (2006) para definir os periódicos *Accounting, Organizations and Society*; *Contemporary Accounting Research*; *Journal of Accounting and Economics*; *Journal of Accounting Research* e *The Accounting Review* como os mais influentes na classe contábil. Constatou-se que a produção acadêmica sobre o tópico balanço social não tem apresentado uma evolução significativa ao longo dos anos, tendo até pouco destaque frente a outros temas contábeis. Verificou-se ainda que a ênfase no tema apresenta variações consideráveis entre os cinco periódicos pesquisados.

Palavras-chave: balanço social; periódicos internacionais; responsabilidade social.

Abstract

The social report is a potential tool to evaluate corporate social responsibility, but to achieve that it is necessary that it gives to the different stakeholders, without bias, a general vision over the real impacts of the companies' activities in the society as a role, mainly the environmental impacts due to its relevance as a social demand. Considering the importance of this subject, added by the actual social differences and the important position of the companies in the social context, an increment in the Brazilian academic production, studying the corporate social reports, has been observed in the last years. It is important to identify if this movement is also happening in the international context. The purpose of this article is to analyze the relevance of this subject in the most influential international academic journals of accounting. To achieve that, this article adopted as a basis the five most influential journals defined by Bonner, Hesford, Stede e Young (2006) – *Accounting, Organizations and Society*; *Contemporary Accounting Research*; *Journal of Accounting and Economics*; *Journal of Accounting Research*; e *The Accounting Review*. The finds suggested that

the international academic production over this subject have not presented a significant evolution during the past years. Additionally they suggested that there are considerable differences between the emphasis gave to social reports in these five journals.

Key Words: social report; international journals; social responsibility.

1. Introdução

A gravidade das atuais discrepâncias sociais vem acentuando as discussões acerca da necessidade de um maior envolvimento das empresas nas questões socioambientais e de uma maior transparência dos reflexos das suas atividades na sociedade em geral. A partir daí, pesquisadores brasileiros têm investido um tempo relevante no debate sobre temas como a responsabilidade social e o balanço social, e, conseqüentemente, tem surgido, no decorrer dos anos, uma produção acadêmica significativa a respeito.

Especialmente em relação ao balanço social, que é uma potencial ferramenta de avaliação das relações entre empresa e sociedade, as pesquisas brasileiras vêm revelando que existem problemas relacionados à qualidade da informação desses relatórios, principalmente no que tange a parâmetros como a abrangência, a transparência, a comparabilidade e ao viés para *marketing*.

Apesar de no cenário internacional o balanço social já ser um tema debatido há mais tempo do que no Brasil, pouca evidência existe da produção acadêmica nos periódicos de contabilidade acerca do assunto, principalmente no tocante à qualidade desses relatórios. Com isso, o objetivo principal do presente estudo é analisar, por meio de um paralelo com a realidade da pesquisa sobre balanço social no Brasil, a relevância do tema nos principais periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade.

2. Pesquisa sobre Balanço Social no Brasil

Segundo Perottoni e Cunha (1997, p. 13), o “Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”. Se o que se deseja é um instrumento não enviesado que permita a mensuração da responsabilidade social corporativa, este conceito carrega dentro de si certo grau de tendenciosidade. Para atingir este objetivo, o balanço social deve demonstrar não só os efeitos positivos da atividade econômica, mas também seus efeitos daninhos, como a emissão de efluentes, a poluição do ar e a devastação de áreas verdes, só para citar alguns exemplos. O que se deseja obter é uma ferramenta que permita à sociedade avaliar se, ao longo do processo produtivo, a empresa forneceu uma contribuição social primordialmente positiva ou negativa. Não esquecendo, obviamente, seu papel como fonte de informações para o processo decisório.

Assim, o balanço social deve cobrir as atividades relacionadas às suas responsabilidades sociais, que, em uma relação não exaustiva, incluem: “a preservação do meio ambiente, a qualidade dos produtos, a conseqüência da utilização destes pelo consumidor, o padrão dos serviços prestados e os efeitos diretos das atividades sobre o bem-estar da comunidade” (ARRIGONI, 2002, p. 45). Tudo isto de forma isenta, o que leva o foco ao conceito de balanço social de Souza (1997, p. 2), que, devido a uma menor tendenciosidade, é mais preciso, ou seja, o balanço social trata-se “de uma avaliação para medir e julgar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto internamente (empresa/empregados) como externamente (empresa/comunidades)”. Nota-se que a avaliação será sobre fatos sociais, e, conseqüentemente, a definição de socialmente responsável, ou não, pela sociedade será conseqüência das decisões corporativas.

Desta maneira, o balanço social estará se mostrando um instrumento útil, e sobre esta questão é de fundamental importância que “os profissionais da contabilidade tenham cada vez mais na sua consciência a idéia de que o produto de seu trabalho só tem mérito e utilidade na medida em que exista utilidade para os usuários do seu produto” (IOB, 2002, p. 6).

Contudo, a capacidade dos balanços sociais para gerar informações úteis tem se mostrado prejudicada. Segundo Siqueira e Vidal (2003), os balanços sociais têm apresentado problemas quando analisados à luz de quatro parâmetros: abrangência, transparência, comparabilidade e viés para potencialização de resultados. As pesquisas relativas a balanço social no Brasil têm apontado, consistentemente, a existência de problemas relacionados a estes quatro parâmetros. Tal fato se encontra exposto a seguir, estruturado na forma dos quatro parâmetros, sendo que o último — viés para potencialização de resultados — será tratado aqui como viés para *marketing*.

2.1. Abrangência

A Fipecafi (2003, p. 33) postula que o balanço social possui quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade. Os balanços sociais brasileiros freqüentemente não contemplam, em sua plenitude, o conjunto de informações que a sociedade demanda. Cunha e Ribeiro (2004, p. 12) chegaram a destacar em seu trabalho que, do total de 284 empresas analisadas, apenas três apresentaram informações concernentes a todos os aspectos relevantes.

Já Siqueira e Vidal (2003) afirmam que as “informações sociais são pouco abrangentes, não cobrindo todas as vertentes apontadas pela Fipecafi. Mesmo quando isto acontece, a informação ainda é parcial já que omite dados”.

Um dos temas que têm despertado maior preocupação entre os *stakeholders* refere-se à questão ambiental. Tal fato é reforçado pela própria Fipecafi (2003), que inclui o balanço ambiental como uma das vertentes do balanço social. Esta linha temática tem grande importância no ambiente corporativo, dado o potencial de agressão ambiental das atividades econômicas.

No entanto, apesar da relevância da questão ambiental no mundo moderno, Siqueira e Vidal (2003) identificaram em sua amostra três balanços sociais — Metrô de São Paulo, Febraban e Asbace/ATP — que não apresentaram tópicos que atendessem à vertente do balanço ambiental. Não se pode esquecer que a existência de qualquer organização é agressiva ao meio ambiente; o que varia é o grau desta agressividade. A geração de energia elétrica é potencialmente agressiva; conseqüentemente, o consumo desta energia é um indicador relevante. Não há nenhuma menção a estas informações nos balanços sociais analisados. E é importante destacar que na amostra se encontra o Metrô de São Paulo, que tem na energia elétrica um dos mais significativos insumos.

Mesmo nos relatórios sociais onde existem tópicos cobrindo todas as vertentes, a abordagem continua parcial, pois informações relevantes não são fornecidas. Vejamos alguns exemplos. No demonstrativo da Eletronuclear não há nenhuma informação sobre medição dos níveis de radioatividade dos recursos hídricos que cercam as usinas de Angra dos Reis. Nenhum dos relatórios revela o consumo de energia elétrica, e somente o relatório da Aracruz aborda o consumo de água em suas operações (SIQUEIRA e VIDAL, 2003).

2.2. Comparabilidade

Silva e Freire (2001) deixam transparecer sua preocupação com a comparabilidade dos balanços sociais tradicionais — BST. Para os autores, “algumas entidades, em especial o IBASE no Brasil, tem procurado estabelecer um BST padrão, de modo a permitir uma comparação da empresa com seus concorrentes. Entretanto, como o nível de divulgação do BST ainda encontra-se restrito (...), os modelos padrões de BST possuem um efeito limitado” (Silva e Freire, 2001, p. 3).

Outro artigo chama atenção para uma maior penetração do modelo Ibase, constatando que mais “de um terço dos balanços analisados (...) continham informações no modelo proposto pelo Ibase (...). Porém, a maioria das empresas ainda utiliza modelos diversos, muitos deles corporativos” (Oliveira, 2003, p. 6). Tal constatação não deixa de ser preocupante, pois é um claro indício de que os balanços sociais ainda se encontram distantes de uma maior padronização que permitiria a comparação entre empresas e períodos distintos.

Ao abordar a DVA — uma das vertentes do balanço social — Silva *et al* (2001, p. 13) concluem que “este demonstrativo ainda precisa de reformulações, para que através da congruência e unicidade no tocante a forma de evidenciar as informações se possa ter mais confiabilidade nos dados apresentados”.

Já Miranda *et al* (2001), ao analisar 13 empresas que apresentaram uma demonstração com o balanço social, notaram que apenas cinco indicadores apareceram em 100% dos demonstrativos. São eles: alimentação, encargos sociais compulsórios, saúde, saneamento e meio ambiente. E isso reforça a dificuldade de comparação.

Já Guarneri (2001) conclui em seu trabalho que ficou evidenciada a inexistência de um padrão para divulgação de informações socioambientais e a ausência de dados quantitativos comparáveis e confiáveis, o que desperta a desconfiança no público interessado.

2.3. Transparência

A transparência pode ser analisada à luz de três parâmetros: identificação de um responsável, existência de notas explicativas e auditoria das demonstrações sociais.

Oliveira (2003) destaca que as informações apresentadas se mostraram prejudicadas em diversos dos relatórios sociais analisados, já que foram apresentadas informações descritivas sem a preocupação de se apresentar a dimensão temporal. Assim, foi evidenciado o total de investimentos sociais realizados ao longo dos anos sem uma definição do período em que ocorreram. Muitas das empresas “simplesmente descreveram os projetos que apóiam sem analisar os resultados ou explicitar quantias” (OLIVEIRA, 2003, p. 12). Ou seja, os usuários destas demonstrações não conseguem identificar a relevância dos investimentos, nem sua eficácia. Provavelmente, muitas destas dúvidas poderiam ser dirimidas se houvesse a identificação de um responsável que serviria como um elo entre a empresa e a sociedade.

Siqueira e Vidal (2003) destacam que, das 22 empresas que publicaram seu balanço social, 13 delas não forneceram nenhuma indicação quanto ao responsável pela geração daquelas informações. Foram elas: Febraban, ASBACE/ATP, Infoglobo, Aracruz, Banco do Nordeste, O Boticário, CELG, Cecrisa, Acesita, Light, Biobrás, Azaléia e Eletronuclear.

Nove delas deram informações parciais. Deste total, cinco apresentaram um órgão interno ou organização externa como coordenador da publicação — Metrô de São Paulo, Belgo, Correios, Petrobras e RBS. Por vários motivos, trata-se de uma informação pobre, não só porque a qualificação “coordenação” é pouco esclarecedora, mas também porque não se sabe da perenidade dos indivíduos dentro das organizações. Se os profissionais forem contratados por projetos, ficará muito difícil resgatar uma informação com o fluir do tempo (SIQUEIRA e VIDAL, 2003).

Em três das empresas são apresentados profissionais com responsabilidade parcial. Na Perdigão, Randon e CHESF, são apresentados profissionais responsáveis pelo texto. Na Randon há ainda a identificação de que a publicação foi feita sob a coordenação de uma área da Divisão de Controladoria e Recursos Humanos. Estas informações não podem ser consideradas esclarecedoras. Não há nenhuma indicação de que o responsável pelo texto também foi responsável pelos dados que suportam o texto. Conseqüentemente, falta transparência sobre a origem dos dados externalizados para a sociedade. Não há nenhuma indicação da formação destes profissionais, não permitindo obter indícios sobre a capacidade destes de lidar com dados financeiros e gerenciais. A única exceção à regra é o balanço social apresentado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, que apresenta como profissional responsável pelo relatório o contador Sílvio Cabral dos Santos, identificando até o seu registro no CRC (SIQUEIRA e VIDAL, 2003).

O baixo nível de auditoria nas demonstrações brasileiras é outro aspecto que agrava seu problema da transparência, tanto nos relatórios societários quanto nos sociais. Enquanto em diversos outros países todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis — trata-se da realidade de Argentina, México e Chile, não sendo uma exigência apenas nos chamados países ricos —, aqui grande parte das empresas não são obrigadas a publicar balanços por estarem protegidas pela denominação companhia limitada. Grandes companhias, com faturamento de milhões, ou até de bilhões de dólares, não publicam seus balanços anualmente por terem ao final de sua denominação a expressão “ltda.”. Quando se trata de demonstrações financeiras auditadas, o número de empresas cai ainda mais. No fim da década de 1990, havia um auditor para cada grupo de 24.615 habitantes, enquanto nos Estados Unidos esta proporção era de 1 x 1.327, na Inglaterra de 1 x 1.316 e na Holanda de 1 x 898. Menos de 0,3% do universo empresarial brasileiro era auditado. Pouca coisa mudou. Trata-se de um dos mais baixos níveis de auditoria entre as maiores economias do planeta (BETING, 1999, p. 34). Nenhum dos balanços sociais da amostra analisada por Siqueira e Vidal (2003) foi auditado.

Quanto às notas explicativas, elas são fundamentais para conseguir um entendimento amplo das demonstrações publicadas. Em um estudo avaliando os balanços sociais publicados por empresas catarinenses, Pinto e Ribeiro (2003) constataram que nenhum dos balanços sociais apresentava notas explicativas.

2.4. Viés para *Marketing*

Este é provavelmente um dos parâmetros à luz do qual mais críticas têm surgido.

Em um estudo desenvolvido sobre uma amostra de 88 empresas de pequeno, médio e grande porte que encaminharam seus balanços sociais à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul visando concorrer ao Prêmio de Responsabilidade, concluiu-se que diferentemente “da

contabilidade tradicional, que evidencia ativos e passivos, os Balanços Sociais em sua maioria buscam apenas demonstrar o ativo social das empresas, desconsiderando o outro lado, necessário para haver equilíbrio” (DAVID E OTT, 2003, p. 12).

Oliveira (2003, p. 12) é ainda mais categórico e afirma que muitas “vezes os balanços sociais podem refletir uma falsa realidade, mostrando aquilo que as empresas acham que iria agradar aos *stakeholders*”.

Tais assertivas simplesmente corroboram o que foi detectado em diversos estudos (GUARNERI, 2001; SILVA e FREIRE, 2001; PINTO e RIBEIRO, 2004).

3. Objetivo do Trabalho

Fatores como a globalização, a abertura de mercados e os avanços tecnológicos trouxeram crescimento econômico e internacionalização do capital, mas também contribuíram para o aumento das disparidades sociais. Em paralelo, cresceram as discussões acerca da necessidade de um maior envolvimento das empresas nas questões socioambientais e de uma maior transparência dos reflexos das suas atividades na sociedade em geral, principalmente os impactos ambientais. Nesse contexto, destacou-se o debate sobre a responsabilidade social corporativa e o balanço social, sendo este último visto como uma potencial ferramenta de avaliação das relações entre empresa e sociedade.

No Brasil, apesar da publicação do balanço social da Nitrofértil, o marco do aprofundamento das discussões sobre o assunto foi, em 1997, a publicação de um artigo do sociólogo Herbert de Souza intitulado “Empresa pública e cidadã” (CUNHA E RIBEIRO, 2004). A partir daí, considerando a relevância do tema, aliada à gravidade das atuais discrepâncias sociais no Brasil e à posição de destaque das empresas no estrato social, pesquisadores brasileiros têm investido um tempo relevante no debate da temática sobre balanço social, e, com isso, com o passar dos anos, tem surgido uma produção acadêmica de volume significativo sobre o tema.

Apesar de no cenário internacional balanço social já ser um assunto debatido há mais tempo, uma vez que, segundo Cunha e Ribeiro (2004), desde a década de 1960 as empresas americanas, como consequência da Guerra do Vietnã, já tinham começado a elaborar um modelo de demonstração social para a prestação de contas junto ao público, pouca evidência existe a respeito da produção acadêmica acerca do assunto.

Diante do exposto, o objetivo principal deste artigo é analisar a relevância do tema nos principais periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade.

4. Metodologia

Considerando o objetivo proposto, este trabalho pode ser classificado como descritivo, uma vez que, de acordo com Salomon (1999, p. 160), este tipo de pesquisa compreende: “descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual ou processos dos fenômenos”. Quanto à modalidade, ela pode ser considerada uma pesquisa bibliográfica, pois se utiliza de material publicado para contextualizar o andamento da pesquisa sobre balanço social.

4.1. Coleta de dados

Para Rey (*apud* OLIVEIRA, 2002), a produção acadêmica e sua comunicação são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento científico. Em outras palavras, a produção acadêmica é um produto natural e indispensável da pesquisa científica, pois é por meio dela que o tema é amplamente discutido e disseminado. Entre os meios formais de comunicação científica, Oliveira (2002, p. 69) destaca que os periódicos têm “um papel importante no fomento da qualidade da pesquisa e para o avanço do conhecimento”, pois, além de poderem ser colecionados, classificados, catalogados e reproduzidos infinitamente, eles atingem mais velozmente o público, servem como fonte de bibliografia e contribuem para a atualização dos leitores, ainda mais se forem jornais de prestígio, dotados de um sistema adequado de avaliação e crítica dos artigos e comprometidos com o seu papel de fomento da qualidade e disseminação das informações.

Considerando esses aspectos, tomou-se como base o artigo de Bonner *et al* (2006) para definir os periódicos internacionais mais influentes na área contábil. Após análise de 16 estudos desenvolvidos para classificar os periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade, os autores chegaram aos cinco jornais mais influentes da área: *Accounting, Organizations and Society (AOS)*; *Contemporary Accounting Research (CAR)*; *Journal of Accounting and Economics (JAE)*; *Journal of Accounting Research (JAR)* e *The Accounting Review (TAR)*.

Com base nestes cinco periódicos, foram analisados os artigos que versam sobre o tema balanço social, obtidos através da inclusão de palavras-chave no sistema de busca das bases de dados dos Periódicos da Capes.

A pesquisa das palavras-chave compreendeu duas etapas. Na primeira, as palavras escolhidas foram: *social accounting*, *social auditing*, *social report* e *sustainability report*. À luz da quantidade reduzida de ocorrências na primeira busca, novas palavras foram selecionadas, considerando até a relevância da questão ambiental para o tópico discutido. Para esta segunda seleção, foi consultado o banco de palavras-chave do *Journal of Business Ethics*, por ser este um periódico com orientação voltada para o tema de responsabilidade social. As novas palavras-chave resultantes foram: *social disclosure*, *environmental disclosure*, *environmental report*, *environmental accounting* e *corporate social reporting*.

4.2. Resultados da coleta de dados

A primeira etapa da coleta de dados resultou na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 Resultado da primeira etapa da coleta de dados

Periódicos	Palavras-chave							
	Social Accounting		Social Auditing		Social Report		Sustainability Report	
	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos
AOS	14	3	1	-	3	-	1	1
CAR	-	-	-	-	-	-	-	-
JAЕ	-	-	-	-	-	-	-	-
JAR	-	-	-	-	-	-	-	-
TAR	6	-	-	-	1	-	-	-
TOTAL	20	3	1	-	4	-	1	1

Considerando o número reduzido de artigos válidos para análise, foi realizada a segunda etapa da coleta de dados, cujo resultado se encontra na Tabela 2. Cabe ressaltar que nesta fase houve sete artigos repetidos, ou seja, já tinham sido identificados em algum momento do trabalho, e três comentários de livros (*book reviews*), que foram desconsiderados na Tabela 2.

Tabela 2 Resultado da segunda etapa da coleta de dados

Periódicos	Palavras-Chave									
	Social Disclosure		Environmental Disclosure		Environmental Report		Environmental Accounting		Corporate Social Reporting	
	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos	Encont.	Válidos
AOS	7	3	8	4	2	1	5	2	8	-
CAR	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-
JAЕ	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
JAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAR	1	-	-	-	-	-	5	1	1	-
Total	9	4	10	4	2	1	11	3	9	-

Os resultados dos artigos encontrados corroboram com a pesquisa de Bonner *et al* (2006) no que diz respeito aos temas dos artigos publicados nos cinco jornais mais influentes da área contábil. Para eles, enquanto CAR, JAЕ, JAR e TAR não estão muito focados em publicar artigos cujos tópicos se distanciem da temática mais tradicional da contabilidade, como, por exemplo, a contabilidade financeira, que representa mais de 50% do seu acervo, 40% do material da AOS são referentes à contabilidade gerencial (contra menos de 17% dos demais jornais) e 20% cobrem outros tópicos também importantes para a área, como é o caso da contabilidade socioambiental, por exemplo.

Cabe ressaltar que, dos 67 títulos de artigos encontrados, 41, ou seja, aproximadamente 62%, não possuem “texto completo” na base de dados — a grande maioria das décadas de 1970 e 1980 — e conseqüentemente foram desconsiderados para fins desta pesquisa.

5. Análise dos Artigos

Nas subseções a seguir, será oferecido um panorama dos artigos considerados válidos para análise — pois se encontram relacionados à evidenciação de informações sociais corporativas —, dividido nas duas rodadas realizadas.

5.1. Artigos da etapa 1

Após análise dos quatro artigos considerados válidos na primeira etapa, todos eles da *Accounting, Organizations and Society*, verificou-se que nenhum deles buscava analisar a qualidade dos relatórios sociais publicados, seguindo uma linha diferenciada em relação à traçada pela bibliografia nacional pesquisada para fins desta pesquisa.

5.1.1. Corporate social reporting and stakeholder accountability: the missing link

O trabalho de Cooper e Owen (2007), apesar de tratar de relatórios sociais, propõe-se, por meio da análise realizada em 12 relatórios retirados do UK Sustainability Reporting Award Scheme, de 2003, a fazer uma avaliação crítica de até que ponto as reformas institucionais que as empresas têm feito com o intuito de aumentar o poder dos *stakeholders* e conseqüentemente melhorar a transparência acompanham as atuais iniciativas, como, por exemplo, a proposta de publicação obrigatória dos relatórios para as empresas cotadas em bolsa.

5.1.2. The construction of a social account: a case study in an overseas aid agency

Este artigo de O’Dwyer (2005) trata de um estudo de caso que examina a evolução da implantação de um sistema de informações sociais, focando no papel dos *stakeholders* e expondo a complexidade

do assunto, as contradições, as tensões e os obstáculos ocorridos, principalmente pela inicial falta de comprometimento da diretoria.

5.1.3. The social accounting project and Accounting Organizations and Society – Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?

Já o terceiro artigo analisado, de autoria de Gray (2002), dá um panorama da literatura sobre *social accounting* nos últimos 25 anos, com prioridade para o papel exercido pela *Accounting Organizations and Society* nesse desenvolvimento.

5.1.4. Ethics and accountability: from the for-itself to the for-the-other

Finalmente a quarta contribuição da *Accounting, Organizations and Society*, de autoria de Shearer (2002), explana que o crescimento da preocupação com as questões sociais e ambientais levou a uma maior necessidade de transparência das organizações, que, segundo o autor, não pode estar dissociada de certos pressupostos éticos. O autor, então, propõe o estabelecimento dessa transparência nas entidades econômicas, por meio da ética de Emmanuel Levinas.

5.2. Artigos da Etapa 2

Considerando o resultado da primeira etapa, nova análise foi realizada, utilizando outras cinco palavras-chave, conforme descrito anteriormente. Como resultado, 12 artigos foram considerados válidos para análise, sendo 10 da *Accounting, Organizations and Society*, um da *Contemporary Accounting Research* e um de *The Accounting Review*.

Dos 12 artigos considerados válidos nesta etapa, verificou-se que dois deles (Villiers e Staden, 2006; Li, Richardson e Thornton, 1997) mais se aproximam da linha seguida pelos autores brasileiros.

5.2.1. Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from África

De acordo com este artigo da *Accounting, Organizations and Society*, de autoria de Villiers e Staden (2006), na teoria da legitimidade (*legitimacy theory*), as empresas se empenham para manter a sua imagem de legítima e este ponto é muito usado nas pesquisas de contabilidade socioambiental, uma vez que a revisão literária sugere que os níveis desse tipo de informação vão se alterar de acordo com as crises de legitimidade. Por meio de uma análise de mais de 140 relatórios anuais, os autores realizaram uma pesquisa para verificar o comportamento das informações sociais e ambientais nas companhias sul-africanas.

A literatura mostra que existem várias razões para a redução das informações sociais. Entre elas, estão aquela em que o administrador deixa de fornecer a informação na expectativa de reduzir a importância do assunto e aquela em que, com o objetivo de manter a imagem de socialmente responsável, a ênfase passa para aquelas informações que representam “boas notícias”.

Os resultados sugerem, entre outros aspectos, que os administradores, em sua maioria, mencionaram que a maior razão para não dar informações ambientais é a falta de requerimentos legais a respeito. Adicionalmente, verificou-se que as empresas acham as informações gerais menos ameaçadoras do que as específicas, o que indica que elas irão diminuir as informações específicas na medida em que sentirem sua legitimidade ameaçada. Outro aspecto importante foi o fato de que empresas de mercados com impactos mais negativos no meio ambiente tendem a fornecer informações mais gerais do que específicas.

Estes resultados permitem fazer um paralelo com o que vem sendo apresentado na literatura brasileira a respeito da utilização das informações sociais com um viés para *marketing*, uma vez que as empresas da amostra optam por diminuir a quantidade de informações ou fornecer informações menos específicas, quando percebem que estas podem “desgastar” a sua imagem.

5.2.2. Corporate disclosure of environmental liability information: theory and evidence

Segundo Li, Richardson e Thornton (1997), neste artigo publicado na *Contemporary Accounting Research*, as pesquisas vêm demonstrando inconsistências nas informações ambientais. A realizada pela Price Waterhouse, por exemplo, demonstra que 62% das empresas da amostra sabem que estão expostas a passivos ambientais, mas não os mencionam no relatório. Já outra pesquisa analisada pelos autores sugere que as empresas são relutantes em informar “más notícias”, referentes ao meio ambiente. Três outros estudos sugerem que as informações ambientais não refletem a performance

atual das empresas. Com isso, o estudo desenvolve um modelo que explica a informação incompleta a respeito dos passivos ambientais. Os resultados do modelo sugerem que as informações diminuem à medida que o risco de incorrer em custos aumenta. Além disso, verificou-se que empresas com “boas notícias” fornecem mais informações do que aquelas com “más notícias”.

Apesar de os testes focarem em custos, o artigo permite fazer um paralelo com o que vem sendo apresentado na literatura brasileira a respeito da utilização das informações sociais com um viés para *marketing*, uma vez que tanto a literatura quanto as conclusões apresentadas pelos autores sugerem que as empresas não estão demonstrando como deviam as suas “más notícias”, o que pode levar a uma indicação de que elas estão passando aos usuários externos um perfil socialmente responsável mais acentuado do que o real.

5.2.3. Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital

Este artigo de autoria de Richardson e Brendan (2001) busca testar a relação entre informações financeiras e sociais com o custo de capital, baseado nas considerações literárias de que informações financeiras e sociais podem influenciar o custo do capital. As primeiras porque reduzem erros estimados e a assimetria das informações, e as segundas por diversas razões, como, por exemplo, o fato de investidores estarem mais propensos a aceitar menos retorno em investimentos que preencham os requisitos sociais.

5.2.4. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports

O artigo de Warsame e Pedwell (1998), apesar de tratar mais diretamente das informações ambientais, foca, principalmente, na influência das pressões externas no nível dessas informações. Entre os resultados obtidos, destaca-se a sugestão de que, em uma situação de conflito de interesse dos *stakeholders*, as empresas tendem a dar informações em nível diferente para o público mais relevante para elas — como, por exemplo, os acionistas — e, em contrapartida, tendem a ignorar o considerado menos importante — como os ambientalistas.

5.2.5. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note

O trabalho de Cho e Patten (2006), levando em consideração os resultados conflitantes de pesquisas sobre a relação entre informações e performance ambiental, tem como um dos objetivos investigar até que ponto as informações são utilizadas para reforçar a legitimidade corporativa, diferenciando as informações monetárias das não-monetárias. Os resultados sugerem que, aparentemente, as empresas usam as informações ambientais como uma ferramenta de legitimidade. Além disso, aquelas que operam em um ambiente considerado menos sensível e que têm uma pior performance tendem a dar um nível maior de informações não monetárias, enquanto nas empresas que atuam em um ambiente mais sensível não foi encontrada diferença significativa. Em contrapartida, as informações não monetárias são bem maiores naquelas empresas com pior performance em um ambiente mais sensível do que nas demais que atuam em outro tipo de ambiente.

5.2.6. The accuracy of financial report projections of future environmental capital expenditures: a research note

O artigo de Patten (2005), por meio da revisão literária, demonstra que as informações ambientais vêm sendo amplamente criticadas por não corresponderem à medida real da performance ambiental das empresas. Ele então sugere que existem pelo menos dois problemas não considerados nos trabalhos passados: o primeiro é que eles se utilizam de medidas gerais das informações ambientais, e o segundo é que eles tendem a utilizar medidas de performance passada, não levando em conta que estas podem ser um sinal de ações futuras. Com isso, o objetivo do estudo é avaliar até que ponto um item específico das informações ambientais (projeção de gastos com poluição) está relacionado com as ações subseqüentes (gastos reais). Um dos resultados obtidos foi que os gastos reais são menores que os projetados em mais de 75% da amostra observada.

5.2.7. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach

O objetivo deste artigo — de autoria de Al-Tuwajri, Christensen e Hughes (2004) — é fazer uma análise integrada das informações ambientais, da performance ambiental e da performance econômica,

uma vez que pesquisas anteriores tenderam a apresentar a relação em pares e não uma análise que parta da integração entre as três dimensões. Um dos resultados obtidos foi uma relação positiva entre a boa performance ambiental e uma maior quantidade de informação. Além disso, observou-se que uma boa performance ambiental está significativamente associada com uma boa performance econômica.

5.2.8. The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note

No artigo de Patten (2002), é sugerido que estudos passados sobre a relação entre performance ambiental e informação ambiental não apresentam resultados significativos por não levarem em conta o tamanho e a classificação da empresa. Considerando esses dois aspectos, ele conduziu a sua pesquisa com uma amostra de 131 empresas americanas e encontrou, entre os resultados, uma sugestão de que existe uma relação negativa significativa entre ambas as variáveis.

5.2.9. Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry

O objetivo do artigo de Deegan e Blomquist (2006) é avaliar a influência dos *stakeholders* nos relatórios ambientais, mais especificamente a World Wide Fund for Nature (WWT), além da visão e da reação dos administradores a essa pressão. Os resultados sugerem que, apesar de alguma resistência, as iniciativas do WWT podem influenciar revisões nos códigos das empresas e mudanças nas informações.

5.2.10. A full cost environmental accounting experiment

O artigo de Herbohn (2005) busca fazer uma reflexão crítica acerca da aplicabilidade das técnicas de *valuation* dos custos ambientais, que não vêm apresentando muito sucesso. Para tanto, se utiliza do caso do Australian Government Department, que, diferentemente de outros, leva em consideração a reação dos administradores e dos *stakeholders*.

5.2.11. Disclosing new worlds: a role for social and environmental accounting and auditing

Lehman (1999) informa que nos últimos anos tem se observado um crescimento nas áreas de contabilidade e auditoria ambiental. Considerando esse desenvolvimento, o principal objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica da fundamentação na qual esses temas estão sendo construídos.

5.2.12. The market valuation of environmental capital expenditures by pulp and paper companies

Já o artigo de Clarkson, Li e Richardson (2004), retirado do periódico *The Accounting Review*, indica que estar em conformidade com a regulamentação ambiental pode gerar aumento de custo para empresas de setores mais sensíveis, como as indústrias de papel e químicas. Com isso, as teorias tradicionais de economia sugerem que as empresas vão gastar somente o necessário para atender aos requerimentos mínimos. Porém a literatura sugere que existem benefícios em exceder esse patamar. Diante desta sugestão, o objetivo do estudo é verificar a avaliação de mercado dos gastos ambientais em empresas pouco poluidoras e nas grandes poluidoras, além da utilização dessas informações para a avaliação de futuros passivos. Os resultados indicam que os investidores utilizam a performance ambiental para essa avaliação. Além disso, ele sugere que existe o benefício econômico associado com os desembolsos das empresas pouco poluidoras, enquanto não existe com os das grandes poluidoras.

6. Conclusão

A bibliografia brasileira consultada vem com frequência criticando a qualidade dos balanços sociais publicados. Tais críticas, de forma explícita ou não, recaem em quatro parâmetros: abrangência das informações, transparência, viés para *marketing* e comparabilidade.

Já os artigos oriundos dos quatro periódicos acadêmicos internacionais de contabilidade mais influentes segundo o trabalho de Bonner *et al* (2006) — *Accounting, Organizations and Society*; *Contemporary Accounting Research*; *Journal of Accounting and Economics*; *Journal of Accounting Research* e *The Accounting Review* —, e obtidos segundo a metodologia anteriormente descrita, seguem uma linha diferenciada e mais variada.

Em dois dos trabalhos analisados (VILLIERS e STADEN, 2006; LI, RICHARDSON e THORNTON, 1997), observou-se uma maior aproximação com a bibliografia nacional, onde os

autores detectaram claramente o gerenciamento da evidenciação de informações tendo em vista a reação comportamental dos usuários externos, assemelhando-se à crítica freqüentemente feita por diversos autores brasileiros ao uso do balanço social como instrumento de gerenciamento de imagem.

Adicionalmente, chama atenção no trabalho de Villiers e Staden (2006) o destaque dado à falta de requerimentos legais a respeito de informações ambientais, que aliada à maleabilidade das informações específicas sinalizam para uma baixa comparabilidade nos relatórios, embora os autores não destaquem este ponto.

Notam-se ainda indícios de aproximação com as críticas efetuadas por autores nacionais em relação à existência de um viés para *marketing* nos relatórios sociais, nos artigos de Patten (2005) e Cho e Patten (2006), embora tal fato não seja explicitado por estes autores. No primeiro artigo tal indício é sutil, já que se observou em mais de 75% da amostra que os gastos ambientais reais são menores que os projetados, comportamento esperado quando se deseja deixar transparecer para os usuários externos uma tendência de elevação de investimentos em um setor que é caro à sociedade — o meio ambiente.

Com relação à relevância do tema nos principais periódicos internacionais de contabilidade, nota-se que, dado o número de artigos publicados nos cinco jornais mais influentes e a baixa quantidade de artigos encontrados na pesquisa, ela pode ser considerada como pequena. De fato, os resultados do estudo de Bonner *et al* (2006) demonstram que a contabilidade financeira — com mais de 50% dos artigos da CAR, da JAE, da JAR e da TAR, 19% dos textos da AOS —, a contabilidade gerencial — em aproximadamente 40% dos textos da AOS e 17% dos artigos das CAR, JAE, JAR e TAR — e a auditoria — em 29% dos artigos da CAR e aproximadamente 20% dos textos das AOS, JAR e TAR — ainda são consideradas os assuntos mais relevantes para esses periódicos.

Além disso, observou-se que, no período disponível na base de dados, não houve uma evolução significativa da produção acadêmica acerca do tema nesses periódicos. Do total de artigos encontrados nas duas etapas da coleta de dados — desconsideradas as repetições —, verificou-se que a maior produção foi realizada na década de 1970, sucedida por uma queda considerável na década de 1980 e de uma aparente estabilidade nas décadas seguintes.

Percebe-se claramente que a ênfase dada ao tema apresenta variações consideráveis entre os cinco periódicos pesquisados, já que dos artigos analisados apenas um veio da *Contemporary Accounting Research* e outro veio de *The Accounting Review*. Todos os demais vieram da *Accounting, Organizations and Society*.

Finalmente, é importante destacar que a variabilidade de enfoques observada nos artigos internacionais analisados sinaliza um rico caminho que pode ser trilhado pelos autores nacionais.

Bibliografia

- AL-TUWAIJRI, Sulaiman A.; CHRISTENSEN, Theodore E.; HUGHES, K. E. *The Relations among Environmental Disclosure, Environmental Performance and Economic Performance: a Simultaneous Equations Approach*. *Accounting, Organizations and Society*, 29(5-6): 447-471, July-August 2004.
- ARRIGONI, Fernando José. *Disclosure das Aplicações Sociais da Sociedade Cooperativa e sua Contribuição à Elaboração do Balanço Social*. São Paulo: USP, 2000. Dissertação de Mestrado.
- BETING, Joelmir. *Um Blecaute Contábil*. *O Globo*, 75 (24.133): 34, 25 de setembro de 1999.
- BONNER, Sarah E.; HESFORD, James W.; VAN DER STEDE, Wim A.; YOUNG, S, Mark. *The most influential journals in academic accounting*. *Accounting, Organizations and Society*, 31: 663-685, 2006.
- CHO, Charles H.; PATTEN, Dennis M.. *The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note*. *Accounting, Organizations and Society*, In Press, Corrected Proof, Available online 9 November 2006.
- CLARKSON, Peter M.; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D. *The market valuation of environmental capital expenditures by pulp and paper companies*. *The Accounting Review*, 79(2):329-353, Sarasota: April 2004.
- COOPER, Stuart M.; OWEN, David L. *Corporate social reporting and stakeholder accountability: the missing link*. *Accounting, Organizations and Society*, In Press, Corrected Proof, Available online 30 March 2007.

- CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da; e RIBEIRO, Máisa de Souza. *Evolução e diagnóstico atual do balanço social*. In: Anais do 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2004. Texto em CD-ROM.
- DAVID, Afonso Rodrigo de; e OTT, Ernani. *Balanço social: Uma análise das informações evidenciadas pelas empresas*. In: Anais do 27º Enanpad. Atibaia: 2003. CD-ROM.
- DEEGAN, Craig; BLOMQUIST, Christopher. *Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian Minerals Industry*. Accounting, Organizations and Society, 31(4-5): 343-372, July-August 2006.
- FIPECAFI. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. São Paulo: Atlas, 2003.
- GRAY, Rob. *The Social Accounting Project and Accounting Organizations and Society Privileging Engagement, Imaginings, New Accountings and Pragmatism over Critique?* Accounting, Organizations and Society, 27(7): 687-708, October 2002.
- GUARNERI, Lucimar da Silva. *A contabilidade e o desenvolvimento sustentável: um enfoque nas informações contábeis, sociais e ambientais da indústria siderúrgica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. Dissertação de Mestrado.
- HERBOHN, Kathleen. *A full cost environmental accounting experiment*. Accounting, Organizations and Society, 30(6): 519-536, August 2005.
- IOB. *Contabilidade: Teoria X Prática*. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços, 36 (7): 1-7, fevereiro de 2002.
- LEHMAN, Glen. *Disclosing New Worlds: a Role for Social and Environmental Accounting and Auditing*. Accounting, Organizations and Society, 24(3): 217-241, April 1999.
- LI, Yue; RICHARDSON, Gordon D.; THORNTON, Daniel B. *Corporate Disclosure of Environmental Liability Information: Theory and Evidence*. Contemporary Accounting Research, 14(3): 435-473, fall 1997.
- MIRANDA, Luiz Carlos *et al* *Balanço Social no Brasil: como as empresas estão divulgando sua responsabilidade social*. In: Anais do 13º Asian Pacific Conference on International Accounting Issues. Rio de Janeiro: 2001. CD-ROM.
- NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. *Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports*. Accounting, Organizations and Society, 23(3): 265-282, April 1998.
- O'DWYER, Brendan. *The construction of a social account: a case study in an overseas aid agency*. Accounting, Organizations and Society, 30(3): 279-296, April 2005.
- OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. *Um Balanço dos Balanços Sociais das 500 Maiores Empresas S.A. Não-financeiras do Brasil*. In: Anais do 27º Enanpad. Atibaia: 2003. CD-ROM.
- OLIVEIRA, Marcelle Colares. *Balanço Social: análise dos periódicos brasileiros de contabilidade*. Revista Contabilidade & Finanças, 29: 68-86, maio/agosto 2002.
- PATTEN, Dennis M. *The accuracy of financial report projections of future environmental capital expenditures: a research note*. Accounting, Organizations and Society, 30(5): 457-468, July 2005.
- PATTEN, Dennis M. *The relation between environmental performance and environmental disclosure: a research note*. Accounting, Organizations and Society, 27(8): 763-773, November 2002.
- PEROTTONI, Marco Antônio; CUNHA, Aromildo Sprenger da. *Balanço Social*. Revista Brasileira de Contabilidade, 26 (104): 12-20, março-abril 1997.
- PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Máisa de Souza. *Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina*. Revista Contabilidade & Finanças, 15 (36): 21-34, Setembro/Dezembro 2004.
- PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Máisa de Souza. *O balanço social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo no Estado de Santa Catarina*. In: Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2003. CD-ROM.
- RICHARDSON, Alan J.; WELKER, M. *Social Disclosure, Financial Disclosure and the Cost of Equity Capital*. Accounting, Organizations and Society, 26 (7-8): 597-616, October-November 2001.
- SHEARER, Teri. *Ethics and accountability: from the for-itself to the for-the-other*. Accounting, Organizations and Society, 27 (6): 541-573, August 2002.
- SILVA, Ana Paula Ferreira da *et al* *A demonstração de valor adicionado como alternativa de medição do desempenho gerencial: um estudo comparativo entre demonstrações nacionais e internacionais*. In: Anais do 1º Seminário USP de Contabilidade. São Paulo: 2001. CD-ROM.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. *Balanço social abrangente: um novo instrumento para a responsabilidade social das empresas*. In: Anais do 25º Enanpad. Campinas: 2001. CD-ROM.

SIQUEIRA, J. R. M.; VIDAL, M. C. R. *Balancos sociais brasileiros: uma análise de seu estágio atual*. In: Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2003. CD-ROM.

SOUZA, Herbert de. *Empresa Pública e Cidadã*. *Folha de S.Paulo*, pp. 2-2, 26 de março de 1997.

VILLIERS, Charl de; STADEN, Chris J. van. *Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa*. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8): 763-781, November 2006.

Notas de rodapé:

¹ FACC-UFRJ – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP: 21.941-590 – Rio de Janeiro – RJ.

² COPPE-UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CEP: 21.941-590 – Rio de Janeiro – RJ.